



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences

ISSN: 1679-7361

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Mitie Massuda, Ely

A indústria têxtil brasileira sob o impacto da abertura econômica 1992 - 1999

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 28, núm. 1, 2006, pp. 121-129

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307324792015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# A indústria têxtil brasileira sob o impacto da abertura econômica 1992 – 1999

Ely Mitie Massuda

Centro Universitário de Maringá, Av. Guedner, 1610, 87 050-390, Jardim Aclimação, Maringá, Paraná, Brasil. e-mail: elymitie@hotmail.com

**RESUMO.** O presente artigo investiga o comportamento da balança comercial do Brasil, das importações de máquinas e equipamentos, bem como da produção doméstica têxtil sob o impacto da abertura econômica e os efeitos provocados sobre o emprego segundo os segmentos (beneficiamento, fiação/tecelagem, malharia e acabamento) e o porte (micro, pequeno, médio e grande) entre 1992 e 1999. A realização deste trabalho foi baseada nas análises das documentações bibliográficas levantadas junto às Séries Estatísticas das Cadeias Produtivas Têxtil e do Vestuário da Associação Brasileira da Indústria Têxtil – ABIT e Sindicato da Indústria Têxtil no Estado de São Paulo e junto ao Ministério do Trabalho e Emprego através da Relação Anual de Informações Sociais – RAISTRAB e RAISESTAB. A indústria têxtil, em particular, refletiu as mudanças impostas pela abertura econômica brasileira elevando as importações, reduzindo a idade média dos equipamentos e, principalmente, o número de empregados apesar da relativa estabilidade no volume de produção. Todos os segmentos diminuíram o número de empregados, exceto o de acabamento que aumentou o número de postos de trabalhos.

**Palavras-chave:** abertura econômica, economia industrial, emprego, produção têxtil, segmentos da indústria têxtil.

**ABSTRACT. Brazilian textile industry under the impact of economic opening from 1992 to 1999.** This article presents the Brazilian textile trade balance, machinery and equipments importation as well as the domestic textile production as a result of economic opening and the effects on the employment according to the segments (coring/cleaning, spinning/weaving, knitting and finishing) and size (micro, small, medium and large industries). This work was based on the analyses of bibliographical documents from the Statistical Series of the Textile Productive Chains and Clothing of the Brazilian Association of Textile Industry and the Union of Textile Industry in São Paulo and from the Brazilian Department of Labor and Job through the Annual Social Information Report – RAISTRAB and RAISETAB. The textile industry, in particular, reflected the changes imposed by the opening of Brazilian economy, increasing the imports, reducing the average age of the equipments, and, mainly, the number of employees in spite of the relative stability in the production volume. All the segments reduced the number of employees, except the finishing one, which increased the number of workplaces.

**Key words:** economic open, industrial economics, employment, textile production, textile industry segments.

## Introdução

O processo de globalização das atividades econômicas, da produção e financeira por que passou o mundo nas últimas décadas do século passado (Chesnais, 1996) significou o surgimento de novo paradigma industrial e tecnológico baseado nas aplicações da microeletrônica. Ao mesmo tempo, iniciavam-se questionamentos quanto às medidas reguladoras da economia e do mercado de trabalho. Associavam-se tais questionamentos às inflexões nas taxas de crescimento das economias capitalistas (Pochmann, 1999).

No Brasil, deu-se início a partir de 1987, medidas objetivando a maior inserção da economia brasileira no mercado internacional. O processo de substituição das importações que vigorou por várias décadas do século XX no país, manteve elevado nível de proteção à indústria local inserindo-se nos padrões de desenvolvimento do capitalismo orientado pelos princípios *fordistas* de produção.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo analisar a reestruturação da indústria têxtil sob o impacto da abertura comercial brasileira ao mercado internacional entre 1992 e 1999. Para tanto, investigou-se o comportamento da balança

comercial da indústria têxtil, focando as importações de máquinas e equipamentos têxteis e, também, a evolução idade média dos equipamentos têxteis no país, por segmento (beneficiamento, fiação/tecelagem, malharia, acabamento), a fim de se conhecer o estágio de modernização das indústrias. Ao mesmo tempo, analisou-se o reflexo da abertura econômica sobre a produção e conseqüente impacto sobre o emprego no ramo têxtil brasileiro, por região, por segmento e por porte das empresas (micro, pequena, média, grande).

#### A Economia brasileira no período – 1992- 1999

A década de 1990 foi marcada por grandes mudanças na economia brasileira. Primeiramente, a renegociação da dívida externa significou o retorno do país ao circuito financeiro internacional como receptor de recursos externos. Em segundo lugar, dava-se a intensificação da abertura comercial, após período de políticas voltadas para a obtenção dos saldos positivos da balança comercial. Em terceiro, a estabilização da moeda desde 1994, após fase de altas taxas de inflação e frustradas tentativas de estabilização, revertia a importância do endividamento externo, com a âncora cambial.

O retorno do Brasil ao circuito financeiro internacional ocorreu sob condições que diferem do movimento de capitais ocorrido na década de 1970. Como analisado por Chesnais (1996) e Paula e Alves Júnior (1999), o fluxo de capitais, observado mundialmente na década de 1990, caracterizou-se pela sua natureza predominantemente financeira que, em última instância, constituiu elemento desagregador da estrutura produtiva em razão da crescente dependência de recursos de curto prazo. A integração dos mercados financeiros colocou em segundo plano o problema produtivo na periferia do sistema.

Outro aspecto, não menos importante, diz respeito à queda da inflação, ligando-se ao Plano Real.

A queda da inflação com a implantação do Plano Real, por um lado, permitiu o aumento da demanda, devido à elevação do poder aquisitivo das categorias de mais baixa renda. Por outro, o ambiente de estabilidade favoreceu a recomposição dos mecanismos de crédito criando impactos sobre o crescimento da economia. Contudo, a valorização cambial e o aquecimento da demanda em contexto de abertura comercial sob as condições da economia local levou a dificuldades para o fechamento da Balança de Pagamentos.

Como a maior parte do capital que ingressou no país era de curto prazo, atraído pelas taxas de juros

elevadas, havia incerteza em relação ao câmbio ou a queda dessa taxa que ameaçava refluir constantemente. O problema do endividamento externo retornou com as crises do México (1994), da Ásia (1997) e da Rússia (1998), colocando em dúvida a capacidade do país para saldar seus compromissos externos. O efeito cascata que as crises deflagraram sujeitou as contínuas elevações dos juros para manter os fluxos de capitais estrangeiros no país. Significou, pois, a redução das taxas de crescimento, além de fortalecer a dependência de recursos externos para o fechamento adequado da Balança de Pagamentos.

Em 1998, ocorreu a solicitação de socorro ao FMI, firmando-se acordos com garantia de obtenção de superávits primários. Em janeiro de 1999, foi realizada uma desvalorização da moeda nacional, o real, em virtude do esgotamento das reservas em 1998 e ataque especulativo.

Como resultado do processo de abertura, associado à sobrevalorização da moeda nacional e às elevadas taxas de juros, mudanças significativas na estrutura produtiva brasileira ocorreram. Reduziu-se temporariamente a capacidade de exportar e aumentaram-se as importações.

Na indústria têxtil, o efeito dessas transformações evidenciou-se, sobretudo, a partir da abertura da economia, exercendo forte impacto na balança comercial e na organização do parque industrial local incidindo diretamente, portanto, sobre a produção e o nível de emprego.

#### A balança comercial têxtil

A participação do Brasil no comércio mundial têxtil é, historicamente, pouco significativa, se considerarmos seu patamar inferior a 1%. Os Estados Unidos e os países asiáticos, que se modernizaram rapidamente, tornaram-se os maiores produtores e exportadores têxteis do mundo.

Durante a década de 80, a indústria têxtil brasileira manteve saldo positivo da balança comercial devido à política de estímulo às exportações e restrições às importações em vigor no período. No entanto, a partir de 1986, o saldo começou a decrescer em função do aumento das importações de produtos têxteis. Iniciava-se, no período, a reforma aduaneira, de forma a preparar a abertura do mercado brasileiro (Lacerda *et al.*, 2000). Em 1995, a balança comercial passou a apresentar saldo negativos, conforme Tabela 1.

A pluma de algodão, matéria-prima essencial da indústria têxtil brasileira, tornou-se o principal item nas importações domésticas de têxteis.

Além das importações de produtos têxteis, a abertura econômica brasileira exerceu forte impacto sobre as importações de máquinas e equipamentos têxteis.

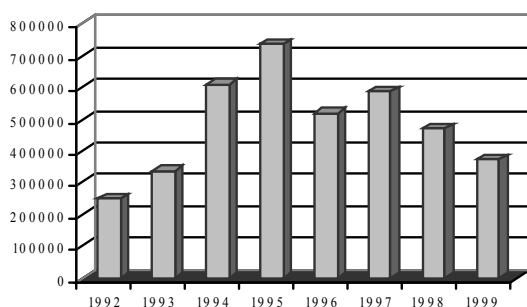
**Tabela 1.** Balança comercial têxtil brasileira- 1992/1999. (em US\$ 1.000.000)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1992	1.491	535	+ 956
1993	1.382	1.175	+ 207
1994	1.403	1.323	+ 80
1995	1.441	2.286	- 845
1996	1.292	2.310	- 1.018
1997	1.267	2.416	- 1.149
1998	1.113	1.923	- 810
1999	1.010	1.443	- 433

Fonte: 1992 a 1998 - ABIT/SINDITÊXTIL. Carta ABIT 1999. 1999 - ABIT. Carta ABIT 2000.

### As importações de máquinas e equipamentos têxteis

As importações de máquinas e equipamentos têxteis praticamente triplicaram entre 1992 e 1994, conforme Figura 1. Aparentemente, completava-se o ciclo de renovação de equipamentos.



**Figura 1.** Importações Brasileiras de Máquinas e Equipamentos Têxteis – 1992-1999 (em US\$1000 FOB). Fonte: 1992 a 1994 – ABIT/SINDITÊXTIL, Jun/95. 1995 a 1997 – Carta ABIT, 1999. 1999 – ABIT. Carta ABIT 2000.

As importações concentraram-se em determinados tipos de máquinas e equipamentos, destacando-se entre estas, as de fiação, máquinas e equipamentos auxiliares e máquinas de costura, praticamente em todo o período.

A grande maioria das empresas brasileiras possui equipamento obsoleto, inclusive com pequenos empresários atuando na clandestinidade. No entanto, existem empresas tecnologicamente atualizadas. As importações de máquinas foram realizadas, na maioria dos casos, por grandes empresas, dadas as elevadas exigências de garantia e elevado custo do capital, entre outros fatores. As pequenas e médias empresas optaram por reformar teares com lançadeiras, readaptando-as para operarem com pinças. Os teares assim reformados

perdem em produtividade em relação aos importados, mas ganham em menor custo: os importados podem custar de US\$ 35 mil a US\$ 90 mil; os reformados, US\$ 7 mil. Estes representam cerca de 44% dos mil teares adquiridos entre 1991 e 1995 (Gorini e Siqueira, 1997).

### O parque têxtil brasileiro

A indústria têxtil caracteriza-se pelo pouco inter-relacionamento técnico entre os diferentes processos de transformação envolvidos em fiação e tecelagem: Versiani (1982) afirma que “é tecnicamente possível incluir uma máquina de último modelo numa linha de produção onde todo o resto do equipamento é de muitas safras atrás” devido a descontinuidade entre os segmentos. O produto final de uma etapa constitui-se na matéria-prima para a seguinte. Apesar de constituírem etapas, na maioria das vezes sequenciais, cada um dos segmentos possui dinâmica própria, com especificidades tecnológicas de mercado e de matéria-prima, existindo empresas que se dedicam exclusivamente a uma delas. Portanto, é perfeitamente possível a coexistência de equipamentos modernos com equipamentos obsoletos numa mesma fábrica (Massuda, 2002).

Nos países desenvolvidos, já nos anos 70, a microeletrônica inseriu-se na indústria têxtil repercutindo na relação produto-emprego devido à tendência poupadora de trabalho via automação no processo de produção.

No Brasil, os principais reflexos ocorreram nas importações de produtos e equipamentos para o setor, manifestando-se na redução do número de empresas e empregos, mas somente nos anos 90.

O parque têxtil brasileiro caracteriza-se pela heterogeneidade do estágio tecnológico das indústrias e pela coexistência de grandes empresas integradas e micro empresas familiares. No que se refere o estágio tecnológico, de modo geral, acompanha o porte. As grandes empresas exportadoras modernizaram-se, pois já estavam expostas ao mercado internacional. Contudo, a grande maioria das empresas de menor porte não passou por processos de modernização, atuando apenas nos moldes da economia informal e em nichos regionais de mercado (Oliveira e Medeiros, 1996).

Essa característica do parque têxtil brasileiro define, de certa maneira, a idade média dos equipamentos do setor, em que pese o estágio tecnológico das grandes empresas.

Nesse ponto, faz-se necessário esclarecer que a idade média dos equipamentos indica, até certo ponto, a incorporação de novas tecnologias no

processo de produção das indústrias. A amplitude tomada pelas inovações criadas pela inserção da microeletrônica na tecnologia têxtil significou ganhos significativos de produtividade em todos os segmentos da indústria têxtil, no nível mundial. Assim, em razão da velocidade das inovações tecnológicas, sobretudo a partir dos anos 70, a estrutura etária acaba por identificar o nível de modernização dos equipamentos, mesmo se, *a priori*, isso não indique sua obsolescência econômica (Massuda, 2002).

Segundo Oliveira e Medeiros (1996), as máquinas em operação da indústria têxtil brasileira apresentam o dobro da idade média dos principais produtores mundiais.

Indicam Gorini e Siqueira (1997) que a idade média dos equipamentos têxteis no Brasil é muito elevada, com exceção de equipamentos como os alimentadores e os filatórios a rotor, que têm idade média abaixo de 10 anos. Os demais possuem idade média entre 14 e 20 anos. Apenas 32% das máquinas instaladas têm menos de 10 anos. Na Itália esse número é de 70% e em Taiwan, 52%.

Em que pese a situação da modernização da indústria brasileira, o processo de abertura econômica contribuiu para a redução da idade média dos equipamentos devido às importações realizadas. Simultaneamente, deu-se a extinção de inúmeras empresas têxteis, eliminando-se aquelas indústrias tecnologicamente obsoletas.

Constata-se, conforme estudo realizado por Massuda (2005), que houve redução da idade média dos equipamentos têxteis no Brasil no período em questão. Explicitando as desproporções das reduções na redução da idade média dos equipamentos entre os diversos segmentos, tal estudo revela que, dentre todos, o de beneficiamento apresentou a maior diminuição, de 12,11 anos para 5,07 anos, entre 1990 e 1997, respectivamente. No segmento da malharia, a idade média dos equipamentos permaneceu quase inalterada. A redução da idade média do segmento da fiação de 12,43 para 8,23 anos, enquanto o segmento tecelagem apresentou uma redução de 12,77 para 10,98 nos mesmos anos, respectivamente.

#### A produção têxtil brasileira

A produção da indústria têxtil pode ser avaliada pelo consumo industrial de fibras e filamentos, conforme apresenta a Tabela 3.

Visto de maneira geral, o consumo industrial de fibras e filamentos têxteis, manteve-se praticamente nos mesmos níveis de 1988 quando alcançou 1280 mil toneladas, com pequena ascensão no decorrer do período (ABIT, 2000). Em 1999, porém, verificou-se

aumento para níveis superiores aos até então registrados, ao mesmo tempo em que as importações de produtos têxteis declinaram, como observado anteriormente.

**Tabela 3.** Brasil: Consumo industrial de fibras e filamentos têxteis – 1992 a 1999.

Ano	Consumo (em 1000 toneladas)
1992	1.137,6
1993	1.293,2
1994	1.335,2
1995	1.319,9
1996	1.324,9
1997	1.345,5
1998	1.294,5
1999	1.428,5

Fonte: ABIT. Carta Têxtil. 2000:10.

Igualmente, o comportamento da produção têxtil pode ser observado na Tabela 4.

**Tabela 4.** Brasil: Produção de física da indústria têxtil - 1992-1997. (em 1000 toneladas)

Ano	Beneficiamento	Fiação	Tecelagem	Malharia
1992	1.343.942	1.354.936	949.808	405.278
1993	1.382.598	1.394.511	1.003.231	453.016
1994	1.439.429	1.337.431	1.042.703	457.846
1995	1.213.197	1.155.943	839.472	413.858
1996	1.272.810	1.184.218	849.820	407.429
1997	1.189.000	1.156.000	734.000	426.800

Fonte: Miranda, (1999).

A Tabela acima mostra a produção física por segmento (beneficiamento, fiação, tecelagem e malharia) de 1992 a 1997. Observa-se que até 1994, todos os segmentos mantiveram-se em ligeira ascensão, exceto a fiação que já apresentava sinais de declínio. A partir de então, a produção reduziu-se. O segmento mais afetado foi a tecelagem. Houve substancial aumento de importação de tecidos que foi, praticamente, multiplicado por vinte entre 1992 e 1994 (ABIT/Sinditêxtil, 1995).

Além do acentuado aumento das importações de tecidos, outros elementos motivaram esse comportamento em relação à produção, como a alta internacional do preço do algodão, a política econômica de controle dos níveis de consumo e significativa queda da produção de algodão no país.

Concomitantemente, a introdução do Plano Real, calcado na âncora cambial, atuou sobre a indústria têxtil nacional como um fator limitante à produção. A sobrevalorização da moeda nacional facilitou a entrada de produtos importados para concorrer com os produtos locais, com o intuito de forçar a queda dos preços, desestimulando a produção local. Ao mesmo tempo, a taxa de juros elevada serviu como mecanismo de controle da demanda. Isto é, o governo brasileiro aumentou a demanda através das importações mas, simultaneamente, controlou-a efetivamente através

dessa política ativa.

Vale observar que os níveis de utilização da capacidade instalada do ramo têxtil brasileiro elevaram-se entre 1992 e 1998. Diante do quadro da produção brasileira ou de estagnação em alguns segmentos a afirmação parece ser contraditória porquanto não se associe o fato à queda no número de estabelecimentos (Massuda, 2002). Revela apenas que se diminui a capacidade instalada, resultando no uso da capacidade disponível daqueles que subsistiram ao processo de reestruturação.

A abertura da economia brasileira representou forte impacto sobre o ramo têxtil, que ficou exposto à competição internacional. A reestruturação da indústria têxtil brasileira refletiu, pois, negativamente sobre o número de empregos. Isso manifesta o fato de que a modernização esteja associada à obtenção de ganhos de produtividade. Eles estão vinculados ao aumento ou estabilização da produção com redução de empregos e à elevação do conteúdo importado na composição do produto local.

#### O emprego na indústria têxtil brasileira – 1992 – 1999.

Apesar da quase estagnação da produção física, para a indústria têxtil, os anos 90 foram demarcados pela aceleração da taxa de crescimento da produtividade física por trabalhador, com intensos reflexos negativos sobre o pessoal ocupado na produção.

A Tabela 5 indica a evolução do número de empregados na indústria têxtil brasileira, de 1992 a 1999, por região.

**Tabela 5.** Brasil: Número de empregados no ramo têxtil, por região– 1992-1999.

Região	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Norte	2.986	2.767	2.224	2.732	3.498	1.842	1.780	1.832
Nordeste	44.803	43.799	37.183	32.376	30.426	30.711	31.008	28.161
Sudeste	181.040	179.315	149.051	123.560	115.632	99.658	86.973	81.512
Sul	52.766	52.257	38.664	36.006	34.156	29.482	28.495	31.033
C.Oeste	1.710	1.747	2.082	1.990	1.900	1.724	944	1.128
Ignorado	-	5	14	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>283.305</b>	<b>279.890</b>	<b>229.238</b>	<b>196.664</b>	<b>185.612</b>	<b>163.417</b>	<b>149.200</b>	<b>143.666</b>

Fonte: Ministério de Trabalho e do Emprego, 1992 a 1999.

Em 1992, a indústria têxtil brasileira empregava 283.305 trabalhadores. Esse número diminuiu gradativamente ao longo do período e em 1999 ocupava menos de 51% daquela. Tinham-se 143.666 trabalhadores.

O movimento de queda foi particularmente brusco em 1994, quando extinguiram-se 50.652 postos de trabalho em um ano. Pode-se estabelecer uma conexão direta entre esse comportamento e o impacto causado pela acentuação da abertura da

economia ao comércio internacional.

Na mesma direção, pode-se ligar o comportamento das importações de produtos têxteis e o nível de empregos em todo o período em questão. Nos anos 1996 e 1997 foram importados os maiores volumes de produtos têxteis em toda a história recente, sobretudo de fibras de algodão e filamentos artificiais e sintéticos. Em consequência, nesses anos, constataram-se os maiores saldos negativos da balança comercial têxtil de todo o período. A importação massiva de fibras e filamentos, por exemplo, afetou diretamente o nível de emprego no beneficiamento, como veremos adiante.

Igualmente, a redução do contingente de trabalhadores na indústria têxtil no Brasil, foi acompanhada de mudança da localização espacial destes. Constatada redução absoluta de trabalhadores na indústria têxtil em todas as regiões brasileiras, a participação relativa de algumas se modificou ao longo do período estudado.

A região Sudeste empregava 64% do total do contingente de mão-de-obra em 1992 e a região Nordeste, 16%. Em 1999, a primeira região passa a responder por 57% e a segunda por 22%. Contudo, a região Sudeste continua a sustentar a posição de maior empregadora da indústria têxtil no país. Possui também o maior parque têxtil no país. As demais regiões brasileiras não alteraram significativamente suas participações relativas no período.

No Nordeste brasileiro, o número de estabelecimentos têxteis expandiu-se no período. No entanto, não foi acompanhado pelo número de empregos conforme mostra a última Tabela. Apesar da argumentação de que além dos incentivos fiscais, um importante fator para o deslocamento da indústria têxtil da região Sul e Sudeste para a região Nordeste reside no custo da mão-de-obra. Uma costureira, por exemplo, custava R\$ 875,00 mensais no Vale do Itajaí. No Nordeste atingia R\$ 310,00 mensais, incluindo encargos trabalhistas e outros benefícios (CNI, 2000).

#### Número de empregados por segmento

A redução do contingente de trabalhadores na indústria têxtil brasileira atingiu todos os segmentos, exceto o de acabamento, conforme a Tabela 6.

Observa-se que os segmentos beneficiamento e fiação e tecelagens reduziram, gradativamente, o número de empregos, ao longo do período. Em 1992, o segmento beneficiamento ocupava 28.995 trabalhadores. Em 1999, empregava 8.860 trabalhadores. Em consequência sua participação

relativa no total de número de empregos passou de 10,3% para 6,2%, nos mesmos anos, respectivamente.

**Tabela 6.** Brasil: Número de empregados no ramo têxtil, por Segmento – 1992-1999.

Ano/ Segmento	Benefi- ciam.	%	Fiação/ Tecelagem	%	Malha- ria	%	Acaba- mento	%	Total	%
1992	18.995	10,3	208.622	73,6	34.289	12,1	11.399	4,0	283.305	100
1993	29.627	10,6	207.134	74,0	32.613	11,6	10.516	3,8	279.890	100
1994	20.517	9,0	169.754	74,0	22.891	10,0	16.076	7,0	229.238	100
1995	18.634	9,5	144.711	73,6	20.129	10,2	13.190	6,7	196.664	100
1996	15.310	8,2	139.380	75,1	18.518	10,0	12.404	6,7	185.612	100
1997	11.509	7,0	119.715	73,3	18.223	11,1	13.970	8,6	163.417	100
1998	9.748	6,5	107.980	72,4	18.645	12,5	12.827	8,6	149.200	100
1999	8.860	6,2	100.160	69,7	19.529	13,6	15.117	10,5	143.666	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 1992 a 1999. \* refere à soma dos empregados dos segmentos fiação e tecelagem. Até o ano de 1992, os dados referentes a esses segmentos se encontram agregados.

Por outro lado, atente-se para o fato de que a queda mais significativa foi observada no período 1994 a 1998. Em 1997 registrou-se a menor safra de algodão no país desde 1975. Esse período também coincide com a intensificação do deslocamento da produção de algodão das regiões Sul e Sudeste para a região Centro-Oeste do Brasil (Massuda, 2005).

Os segmentos fiação e tecelagem que empregavam o maior contingente de mão-de-obra do ramo têxtil reduziram-no para menos da metade em sete anos. Aí foram extintos 108.462 postos de trabalho entre 1992 e 1999 representando a maior queda em termos absolutos.

É importante considerar que o volume de importação de fios cresceu consideravelmente nesse período. Em 1992, importou-se 16.355 mil toneladas de fios e filamentos artificiais e sintéticos. Em 1995, chegaram a se importar 101.751 mil toneladas e em 1998, 484.641 mil toneladas (ABIT, 1993 a 1999). Conforme visto, produção interna de fios sofreu ligeira queda nesse período, sendo a mais significativa em 1995, não por mera coincidência.

Quanto à tecelagem, que responde pela maior parcela da mão-de-obra empregada na indústria têxtil brasileira, embora as importações de tecidos tenham sido expressivas, foi afetado em menor escala que as fiações, pois foi compensada pelas importações de fios e filamentos, de certa forma.

Malharia também reduziu o contingente de trabalhadores no período como um todo. Mas apresentou pequena recuperação em 1999. De qualquer forma, do total de 34.289 postos de trabalho ali existentes em 1992, apenas 19.529 foram mantidos em 1999.

A evolução do emprego no segmento acabamento vincula-se, evidentemente, com o comportamento do número de estabelecimentos, cujo número elevou-se. Tratavam-se de estabelecimentos de micro-porte, grande parte das

indústrias criadas. Isso justificaria o fato de que o número de estabelecimentos mais que quintuplicou no período (Massuda, 2002), mas o volume de empregos tenha crescido em apenas 30%.

De acordo com Lacerda *et al.* (2000) a reestruturação produtiva nos anos 90 significou “a concentração em linhas de produtos competitivos; redução da diversificação da produção; terceirização de atividades; e implantação de programas de qualidades e produtividade. Não se observaram investimentos em ampliação da capacidade produtiva, mas sim nos processos de produção, que tiveram de se adaptar ao novo cenário de abertura que se delineava... as principais características deste ajuste foram a desverticalização e a terceirização.”

Significa, em outras palavras, que as empresas concentraram-se nas atividades que lhes proporcionavam maiores lucro, permitindo empresas de micro porte se instalassem ao seu redor, para cumprimento das atividades não conservadas, principalmente aquelas intensivas em mão-de-obra. Ou adquirem de tais empresas serviços anteriormente supridos internamente.

Conforme afirma Lins (2000), por um lado, essas terceirizações permitem a redução de custos devido a desnecessidade ou repasse de realização de investimentos em máquinas e equipamentos e em mão-de-obra, por outro lado, também podem significar a busca de especializações que complementem sua atividade. Contudo, essa busca também vincula-se à conveniência de não ter que investir para dispor desses serviços. Em contexto de mundialização de mercado, torna-se estratégia de redução de custos, via flexibilização do trabalho.

A evolução desses parâmetros redundou na queda substancial do número médio de empregados por estabelecimentos, conforme Tabela 7.

**Tabela 7.** Número médio de empregados no ramo têxtil brasileiro, por segmento -1992 a 1999.

Ano/ Segmento	Beneficia- mento	Fiação/ Tecelagem	Malharia	Acabamento	Indústria Têxtil
1992	37	96	21	90	60
1993	37	101	21	88	62
1994	33	111	24	41	65
1995	28	93	15	29	52
1996	24	95	19	26	52
1997	20	85	18	25	46
1998	17	81	19	22	43
1999	16	78	20	23	42

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 1992 a 1999.

No total da indústria têxtil, o número médio de empregados era de 60 trabalhadores em 1992. Em 1999, de 42. Vale destacar o segmento malharia, cujo número médio de trabalhadores não diminuiu na mesma proporção que os demais. Nesse segmento, a tendência para essa redução deu-se desde o período

anterior. Em 1985, a média era de 42 trabalhadores por estabelecimento.

O número médio de empregados por estabelecimento no acabamento, porém, sofreu queda significativa: de 90 em 1992, para 23 em 1999. Aí, em particular, se indica que o número de estabelecimentos cresceu em proporção superior ao aumento do emprego, como citado anteriormente. Foi o único a crescer no período 1992 a 1999, em número de estabelecimentos. Embora pequenos e médios estabelecimentos tenham se expandido, foram os micro-estabelecimentos os responsáveis por esse crescimento, enquanto aqueles de grande porte reduziram-se em quantidade. Portanto, tem a ver com o aumento da participação dos micro-estabelecimentos na geração de empregos, conforme ver-se-á a seguir.

#### Número de Empregados segundo o Porte

A Tabela 8 mostra o número de empregados por estabelecimentos segundo o porte e suas respectivas participações relativas, de 1992 a 1999.

**Tabela 8.** Brasil: Número de empregados no ramo têxtil e participação relativa segundo o porte – 1992 a 1999.

Ano/ Porte	Micro	%	Pe- queno	%	Médio	%	Gran- de	%	Total	%
1992	15.686	5,5	34.550	12,2	95.070	33,6	137.999	48,7	283.305	100
1993	15.488	5,5	35.021	12,6	94.168	33,6	135.213	48,3	279.890	100
1994	12.562	5,5	29.733	13,0	84.261	36,7	102.682	44,8	229.238	100
1995	13.330	6,8	28.113	14,3	78.413	39,9	76.808	39,0	196.664	100
1996	12.713	6,8	25.191	13,6	73.781	39,8	73.927	39,8	185.612	100
1997	12.534	7,7	26.451	16,2	63.146	38,6	61.286	37,5	163.417	100
1998	12.599	8,4	25.696	17,2	59.930	40,2	50.975	34,2	149.200	100
1999	12.993	9,1	26.677	18,6	57.446	40,0	46.550	32,3	143.666	100

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 1992 a 1999. Micro: até 19 empregados; Pequenos: 20 a 99 empregados; 100 a 499 empregados; Grandes: mais de 500 empregados

Como visto, o número de empregados na indústria têxtil brasileira reduziu-se, praticamente, à metade, de 1992 a 1999. Todos os portes colaboraram para essa queda. A ver pelas participações relativas no decorrer do período, observa-se que coube aos grandes estabelecimentos a maior responsabilidade por essa redução. Em 1992, estes empregavam quase a metade (48,7%) do total do ramo têxtil. Nos anos posteriores esse número foi diminuindo, até chegar a cerca de um terço do total (32,3%) empregado no ramo em 1999.

Estabelecimentos de médio porte, por sua vez, também reduziram a quantidade de empregos de modo significativo. A queda, menos que proporcional à grande indústria, elevou sua participação de 33,6% para 40%, nos mesmos anos, respectivamente. O mesmo ocorreu com pequenos estabelecimentos.

Estabelecimentos de micro porte reduziram postos de trabalho, nos mesmos anos,

respectivamente. Mas, aumentaram sua participação relativa devido a sua queda menos que proporcional no número de empregos gerados.

Observa-se, portanto, que todos os portes declinaram os números de postos de trabalho. Mas as participações relativas de cada porte revelaram que a redução de empregos vinculou-se diretamente ao porte: grandes estabelecimentos diminuíram -no em 66% no período; médios estabelecimentos, em 40%; pequenos estabelecimentos em cerca de 23%; e micros, em 17%.

Por fim, verificou-se que a queda no número total de empregados no ramo têxtil no Brasil foi liderada pela indústria de grande porte. Os demais portes também o diminuíram, em menor proporção. Ocorreu uma relação direta entre o porte e a redução de empregados. Ou seja, quanto maior o porte, mais importante foi a queda.

Entre 1992 e 1999, as taxas positivas de crescimento da economia não significaram a retomada dos níveis de emprego anteriores ao período recessivo. Ao contrário, a retomada de crescimento econômico traduziu-se na aceleração da redução do emprego (Pochmann, 1999).

#### Considerações finais

O início da década de 1990 foi marcado por taxas negativas de crescimento do PIB brasileiro. A recuperação deu-se a partir de 1993, com taxas decrescentes e praticamente nulas nos dois últimos anos.

Prosseguindo a trajetória traçada na década anterior, as importações de produtos têxteis assim como de máquinas e equipamentos têxteis atingiram níveis nunca antes alcançados. As exportações permaneceram estagnadas e mesmo em regressão. A balança comercial têxtil tornou-se negativa desde 1995.

A produção brasileira de produtos têxteis e o consumo de fibras e filamentos permaneceram quase estancados, com poucas oscilações visto o aumento do consumo per capita. A elevação do consumo per capita foi suprida pelas importações.

A liberalização do mercado brasileiro refletiu diretamente sobre o parque têxtil, desde 1987. Entretanto, na década de 1990, os reflexos foram proporcionais ao processo acentuado desde então.

Houve ruptura na associação entre crescimento das atividades e do emprego, com um processo de deslocamento das atividades têxteis para regiões cujo custo da mão-de-obra e incentivos diversos tornaram-se mais atraentes para as taxas de lucro. As inovações tecnológicas permitiram significativa redução de mão-de-obra sem se afetar o volume da produção.



Historicamente, essa ruptura veio se delineando desde os anos 80, quando a política econômica caracterizou-se pelo ajuste determinado pela crise do endividamento externo. Foi intensificada desde o que se denominou a segunda crise do petróleo, em 1979 e a crise da dívida externa brasileira. Assim, a política brasileira de comércio exterior voltou-se, nesse período, basicamente para a obtenção de superávits comerciais, por meio de contenção de importações e incentivos às exportações.

Ocorre que o processo de substituição de importações durante as últimas décadas, apesar de ter gerado um parque industrial diversificado, manteve também um elevado nível de proteção à indústria. A economia brasileira inseria-se nos padrões de desenvolvimento do capitalismo cujas orientações seguiam dois princípios básicos: (a) o de intervenção do Estado na economia, visando, teoricamente, atenuar as desigualdades sociais; (b) aquele calcado na centralização e verticalização das plantas industriais, com grandes linhas de montagem, grandes estoques, etc. Expressava-se uma política social voltada ao aumento da capacidade de consumo de determinadas camadas de trabalhadores.

A partir de 1987, iniciou-se amplo processo de reforma da política comercial, com o objetivo de liberalizar o comércio. Nos dois últimos anos da década de 80, o governo iniciou uma redução das alíquotas de importação de diversos produtos. Com a posse do governo Collor em 1990, esse processo foi aprofundado, com ênfase na eliminação de barreiras não tarifárias.

Essas medidas liberalizantes ligam-se de modo imediato ao processo de internacionalização da produção, que por sua vez, ao passar além das fronteiras nacionais é o cerne da globalização. Portanto, a retirada dos controles estatais via desregulamentações e privatizações nada mais significaram que a abertura e desnacionalização dos mercados locais.

A globalização personifica novo estágio de expansão do capitalismo, que, em sua necessidade de acumulação, redefine o papel dos Estados e, cria um sistema de produção e circulação de mercadorias no nível mundial. A articulação desse sistema corresponde à necessidade dos oligopólios e à nova divisão internacional do trabalho. Geralmente implica em privilégios para a especulação financeira e certo nível de desindustrialização para os países em desenvolvimento.

A microeletrônica entrou em cena para possibilitar essa expansão através da produção flexível. Assim, a chamada III Revolução Industrial

surge na dinâmica capitalista como um meio de recuperar as oportunidades para a expansão do lucro, através da reconstituição do exército industrial de reserva e da expansão do mercado internacional rumo a um mercado globalizado. Esse contexto pressupõe a redução do papel do poder público nacional na condução do capital, emergindo o neoliberalismo.

Pode-se dizer que o projeto de desenvolvimento promovido nos anos 90, de maior inserção da economia brasileira no mercado mundial, tem como proposta a reformulação do Estado, a privatização e modernização de setores considerados estratégicos para essa inserção. Isso indica a passagem para um novo padrão acumulação do capital, contraposto ao modelo até então adotado. Ou seja, a proposta de maior inserção brasileira no mercado internacional tem como discurso o projeto de modernização de base neoliberal. Traduz a necessidade de reprodução prioritária do capital em âmbito supra nacional, ultrapassando os anteriores limites da internacionalização.

O comportamento da indústria têxtil brasileira refletiu essas transformações. A abertura da economia brasileira ao mercado internacional impôs-se sob a forma da queda de barreiras tarifárias e não tarifárias que protegiam o setor, difundindo uma ruptura com os padrões vigentes até então.

Portanto, o processo de abertura do Brasil ao mercado internacional ocorreu dentro do contexto de evolução do capitalismo mundial. Tratou-se, na verdade, de intensas transformações de ordem econômica mundial, das formas e das estruturas que sustentaram o capitalismo do pós-guerra, com economias articuladas em torno de um Estado então mais intervencionista e voltado, às vezes, ao bem-estar social.

A indústria têxtil brasileira, em particular, moldou-se prontamente aos apelos do capital, nesse sentido, legitimado pelo Estado brasileiro. Além das mudanças ocorridas no que se refere à localização, porte, idade média dos equipamentos, elevação do conteúdo importado, o número de empregos gerados reduziu-se, praticamente, à metade, de 1992 à 1999. Essa redução afetou todos os portes, em particular, estabelecimentos de grande porte, apesar da produção mantida em níveis semelhantes em todo período. Todos os segmentos diminuíram a quantidade de postos de trabalho, exceto o de acabamento. O comportamento indica ligação ao processo de terceirizações ou subcontratações colocados em prática pelas indústrias. A proliferação do sub-ramo acabamento, a partir do aprofundamento da abertura econômica em 1994,

deu-se como meio de flexibilizar o uso da mão-de-obra e produção. Indica, entre outros fatores, nova fase de exploração do trabalho.

### Referências

- ABIT/SINDITÊXTIL-Associação Brasileira da Indústria Têxtil/Sindicato da Indústria Têxtil do Estado de São Paulo. *Carta ABIT, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999. Séries Estatísticas da Cadeia Produtiva Têxtil e do Vestuário*. São Paulo: ABIT/SINDITÊXTIL 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999.
- ABIT-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL. *Carta ABIT*. São Paulo: ABIT, 2000.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CNI-CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Análise da eficiência produtiva e da competitividade da cadeia têxtil brasileira*. São Paulo: CNI, 2000.
- GORINI, A.P.F.; SIQUEIRA, S.H.G. de. *O complexo têxtil brasileiro*. BNDES. Edição Especial. Balança Comercial Brasileira. Rio de Janeiro: BNDES, novembro 1997.
- LACERDA, A.C. et al. *A economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- LINS, H.N. *Reestruturação industrial em Santa Catarina. pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas perante os desafios dos anos 90*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- MASSUDA, E.M. Transformações recentes na indústria têxtil brasileira – 1992-1999. *Acta Sci.*, Maringá, v. 24, n. 1, p. 2 43-251, 2002.
- MASSUDA, E.M. Produção e consumo de algodão e as indústrias de fiações de algodão no Paraná. *Acta Sci.*, Maringá, v. 27, p. 61-68, 2005.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Relação Anual de Informações Sociais*. Bases Estatísticas. RAISTRAB/RAISESTAB 1985 a 1998. Brasília. Datamec. (CD-ROM).
- MIRANDA, J.S. *Perfil da cadeia têxtil brasileira*. Rio de Janeiro: CNI/SENAI/CETIQT, v. 1, 1999.
- OLIVEIRA, M.H.; MEDEIROS, L.A.R. *Investimentos necessários para a modernização do setor têxtil*. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n. 3, março 1996.
- PAULA, L.F.R.; ALVES JÚNIOR, A.J. Fragilidade financeira externa e os limites da política cambial no real. *Rev. Econ. Pol.*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 72-93, 1999.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- VERSIANI, F.R. Industrialização e o problema da reposição de equipamentos. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 3-54, 1982.

Received on March 10, 2006.

Accepted on June 28, 2006.